



POR UMA GEOGRAFIA MILITANTE: A EMPIRIA DA PESQUISA GEOGRÁFICA EM MOVIMENTO, JUNTO ÀS MOBILIZAÇÕES COLETIVAS DE CAMPO GRANDE, RJ, PELO DIREITO À CIDADE.

Edivan de O. Fulgencio ¹

RESUMO

A sociedade urbana deste início de milênio reproduz no espaço a dinâmica dialética histórica da evolução do sistema capitalista e suas contradições, como o processo de acumulação de capital contraposto à exclusão do acesso a bens e serviços indispensáveis à existência humana por parte significativa da população. Opondo-se a este processo disputando o espaço urbano pelo direito à cidade, encontram-se os Coletivos Populares, como novas formas de organização e mobilização popular. Entender estas dialéticas e como se manifestam espacialmente transformando e reconfigurando os territórios em que atuam foi objetivo de nossa recente pesquisa geográfica militante, cujos resultados apresentamos neste trabalho.

Palavras-chave: Geografia militante, Coletivos, Mobilizações coletivas, Direito à cidade, utopia anticapitalista.

ABSTRACT

The urban society at the beginning of the millennium reproduces in space the historical dialectic dynamics of the evolution of the capitalist system and its contradictions, as the process of capital accumulation opposed to the exclusion of access to goods and services essential to human existence by a significant part of the population. Opposing this process, disputing the urban space for the right to the city, are the Popular Collectives, as new forms of organization and popular mobilization. Understanding these dialectics and how they are spatially manifested, transforming and reconfiguring the territories in which they operate was the objective of our recent militant geographic research, whose results we present in this work.

Keywords: Militant geography, Collectives, Collective mobilizations, Right to the city, anti-capitalist utopia.

¹ Doutorando e Mestre em Geografia pelo Programa de Pósgraduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ, edifull@gmail.com



INTRODUÇÃO

A partir de uma compreensão geográfica crítica dos processos dialéticos e sua manifestação espacial como por exemplo, a apropriação dos bens comuns direcionados a uns poucos em detrimento da coletividade, cabe posicionar-se. Nossa pesquisa reflete uma práxis geográfica militante ao lado das classes expropriadas, as quais buscam se organizar em iniciativas de lutas visando encerrar os ciclos de expropriação e propor novas formas de organização social e política que impeçam estes arranjos de se perpetuarem no espaço ao longo do tempo, os coletivos populares:

[...] organizações coletivas e populares que dialogam sobre os problemas e soluções, reivindicando como princípios o direito à participação popular, mobilidade urbana, cultura, direito à agro biodiversidade, e o direito à moradia entre outras pautas seriamente tratadas por estes grupos. (NASCIMENTO, 2018, p.9)².

Nestas novas formas de mobilização coletiva, os agentes, uma vez mobilizados, tencionam de forma ativa a organização da resistência à dominação espacial, tanto social quanto econômica, imposta pelo sistema capitalista e sua consequente apropriação dos comuns urbanos.

Nesta dinâmica de disputa, como reporta Ana Fani, “os conflitos que eclodem nas cidades realizam-se como luta pelo espaço, como exercício de cidadania, revelando uma prática cindida, e não um discurso” (Carlos, 2014, p. 472).

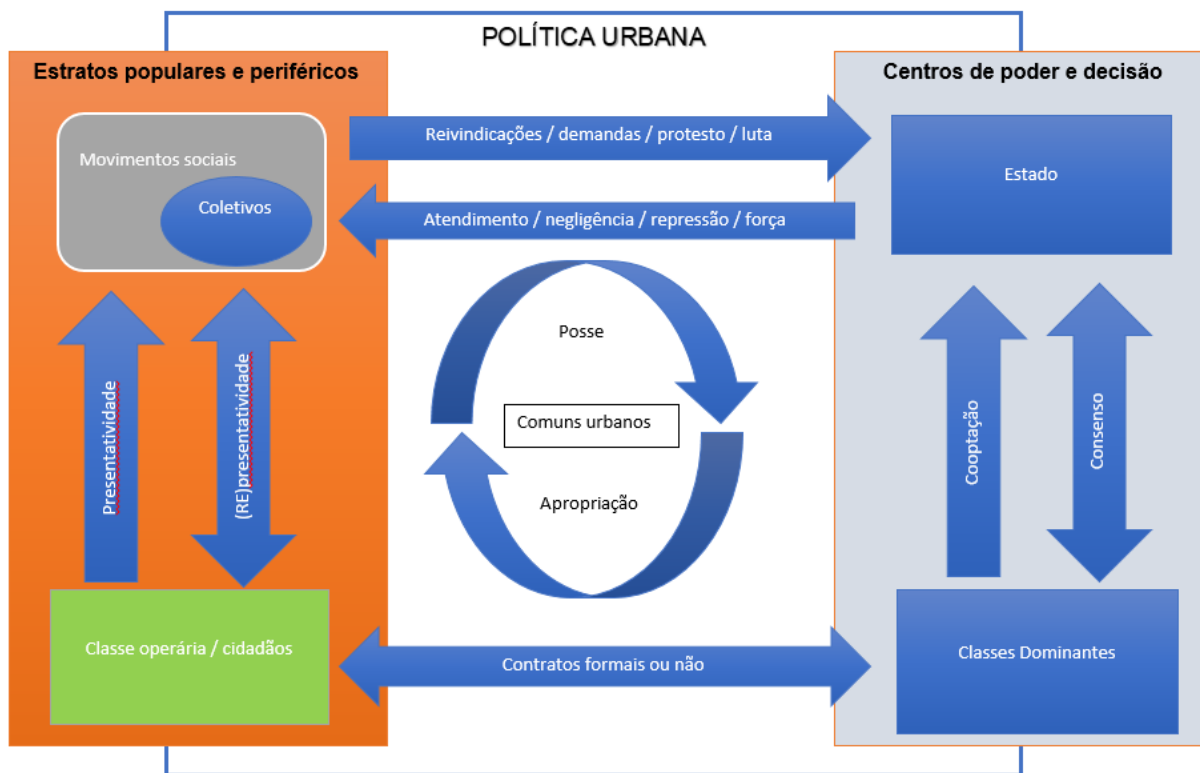
Em um Estado Democrático de Direito, esse embate entre entes representantes de interesses tão conflitantes se dará no campo político. O Estado propondo as políticas públicas e os cidadãos ora reivindicando e conquistando seus direitos, ora protestando e exigindo-os. Como processo desta dinâmica, espera-se a alternância de poder entre grupos representativos das diferentes classes, através das vias democráticas do voto e da participação e organização da sociedade. Em Estados capitalistas, nem sempre os processos obedecem esta dinâmica, bem como há um desequilíbrio de forças, tendendo a ser o lado provido de maiores recursos financeiros, o lado mais forte.

Nesta dinâmica conflituosa, se observa o embate entre a cidade proposta pelo Estado capitalista, os interesses do capital e seus representantes e os grupos organizados coletivamente pelo direito à cidade. Desta dinâmica resulta o urbano. Ora como produto da forma como o espaço é arranjado para atender aos interesses do capital. Ora construído em contrapartida pelos ajustes reclamados e disputados em oposição ao modelo de arranjo capitalista, pela sociedade

² NASCIMENTO, Jane. **Coletivos populares se reúnem na Zona Oeste**. Jornal Vozes das Comunidades, Rio de Janeiro. Setembro de 2018: Ano XIII, número 14. Disponível em: https://issuu.com/npc_/docs/vozes_das_comunidades_ok1111. Acesso em 20.jan.2019

organizada interessada em obter os recursos mínimos necessários para sua vida cotidiana, mobilizada em ações e movimentos sociais, como os coletivos urbanos, conforme esquema proposto por Fulgencio (2020), vide quadro esquemático abaixo:

Quadro 1- Esquema da disputa pelos comuns urbanos no contexto dos coletivos populares (Fulgencio, 2020)



A pesquisa empreendida, se propôs analisar as mobilizações coletivas populares de Campo Grande, Rio de Janeiro, enquanto formas de resistência e mobilização pelo Direito à cidade, em um espaço empiricamente observado como negligenciado pelo poder público.

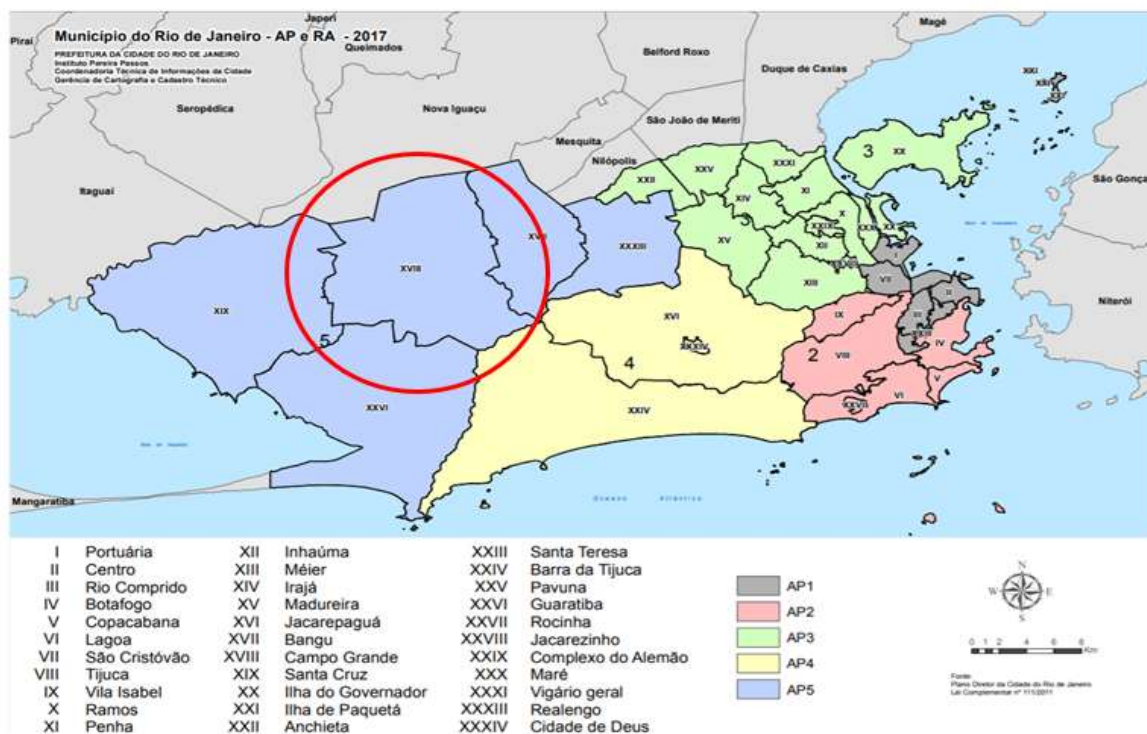
Entender esta dinâmica, tendo como recorte a transformação espacial da RA Campo Grande, a partir da década de 1960, tendo como mote o surgimento de grupos mobilizados para a luta por serviços negligenciados pelo poder público, os coletivos populares urbanos. Buscamos compreender como se organizam, quais as motivações ideológicas para a mobilização. Como dialogam e se conectam com os movimentos sociais e as organizações sociais e políticas tradicionais. Bem como, as transformações espaciais percebidas a partir destas conexões.

A Cidade do Rio de Janeiro é reconhecidamente dividida em 4 áreas geográficas, o Centro e as Zonas Sul, Norte e Oeste. A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro para fins de planejamento divide o município em 5 Áreas de Planejamento (APs), 33 Regiões Administrativas (RAs), através das quais agrupa os 160 bairros da cidade.



A RA XVIII, Campo Grande, composta pelos bairros: Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba, foi o recorte espacial de nossa pesquisa, a partir deste ponto do texto, para simplificação, será reportada como RA Campo Grande, a qual pode ser localizada geograficamente pelo Mapa abaixo:

Mapa 1 - Regiões administrativas do município do Rio de Janeiro. XVIII RA Campo Grande em destaque



Fonte: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, IPP, mapa 1313.

Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/3f105a10dcf7475eae69b2514b9d6262?fullScreen=true>, acesso em 30.mar.2020

JUSTIFICATIVA

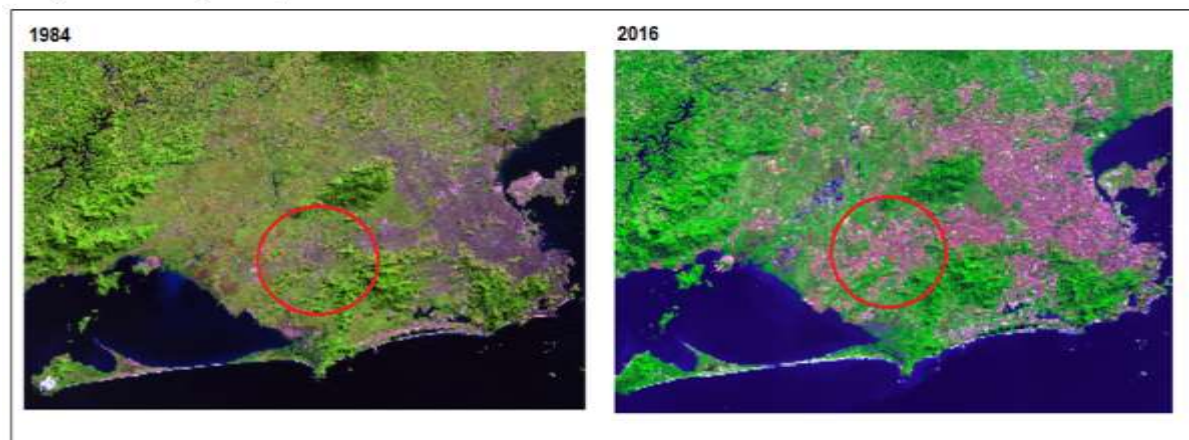
A região de Campo Grande, bairro do município do Rio de Janeiro, afastado cerca de 50 km do centro da capital, viveu nas últimas décadas dois importantes fenômenos distintos, cuja consequência foram a reconfiguração do espaço e surgimento de territórios ali estabelecidos.

Primeiro se observa uma passagem gradual, conforme Oliveira (2017), a partir da década de 1960, de um espaço predominantemente rural para um espaço urbano, acompanhada das alterações nas interações sociais decorrentes. Porém, não se registraram as devidas contrapartidas em infraestrutura as quais suportassem estas mudanças no padrão espacial da

região. Sofrendo segundo o IPP³ o maior adensamento urbano da cidade desde 1984, um aumento de 67% da mancha urbana, o qual destacamos para comparação na imagem abaixo:

Figura 1 - RA Campo Grande (Destaque em círculo vermelho), Dinâmica rural-urbano 1984/ 2016

Evolução urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1984 a 2016



Fonte: Composições coloridas de imagens do satélite Landsat 5 de 1984 e Landsat 8 de 26 de Agosto de 2016. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Sistema de Informações Urbanas. Aplicativo Compara Rio. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/comparario/>, acesso em 10.mar.2020.

Ainda como resultado desta transformação espacial, em paralelo a outros fenômenos resultantes da expansão urbana, em direção à Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, ocorre um segundo fenômeno na Região Administrativa analisada, uma expansão demográfica real, conforme tabela 1. Processo ainda em andamento, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 1: Crescimento Populacional da RA Campo Grande 1991 - 2010

Regiões Administrativas	1991	2000	2010
XVIII Campo Grande	380 942	484 362	542 084

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 1991 e Base de informações por setor censitário do Censo Demográfico 2000 e 2010. Tabulação: IPP/DIG.

Fonte: Tabela 484 - População residente, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 1991/2010. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos⁴.

Tabela 2: Estimativa Populacional da RA Campo Grande 2013 - 2020

Região Administrativa	2013	2014	2015	2016	2020
XVIII Campo Grande	560 340	564 208	567 916	571 485	584 628

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Fonte: Tabela 3504 - População Residente e Estimada - Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000/2010/2013-2016/2020. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos⁵.

³ Fonte: Armazém de Dados, IPP. Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf>, acesso em 31.mar.2020

⁴ Sistema Data Rio. Disponível em <http://www.data.rio/datasets/popula%C3%A7%C3%A3o-residente-segundo-as-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-e-regi%C3%B5es-administrativas-ra-em-1991-2000-2010>, acesso em 10.mar.2020

⁵ Sistema Data Rio. Disponível em <http://www.data.rio/datasets/popula%C3%A7%C3%A3o-residente-e-estimada-brasil-estado-do-rio-de-janeiro-e-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-e-regi%C3%B5es-administrativas-ra-2000-2010-2013-2016-2020->, acesso em 10.mar.2020



Esta reconfiguração espacial e os problemas de ordem econômica e social originados nestes processos, geraram novos atores sociais. Bem como, tornaram os outrora bairros populares de origem rural em aglomerados de exclusão. Configura-se a partir do bairro de Campo Grande um território em rede, com uma área central rodeada de periferias, a Região Administrativa XVIII do município do Rio de Janeiro.

Como consequência, eclodem conflitos sociais e urbanos decorrentes desta expansão ainda em curso, sem contrapartidas em infraestrutura e serviços por parte do ente público, em todas as suas representações, sejam elas das esferas federais, estaduais ou municipais.

Em paralelo a estes fatos localizados espacialmente na RA Campo Grande, ocorrem no país e no estado do Rio de Janeiro, diversos fatos econômicos e políticos novos, geradores de uma crescente descrença por parte da população, na política e suas formas tradicionais de organização: partidos, associações, sindicatos.

A segunda metade da década de 2010 se apresentou com cenários de instabilidade política, iniciados pela indisfarçada não aceitação pelos setores conservadores e seus representantes políticos, da sequência de mandatos populares à frente da Presidência da República.

Em paralelo, a ocorrência de megaeventos mundiais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ao mesmo tempo que vendiam para o mundo o Brasil do crescimento econômico, expunham mazelas e carregavam contradições.

Por um lado, mostrava-se ao mundo um país capaz de gerar riquezas e talvez melhorar sua distribuição, ampliando oportunidades. Segundo o *The Economist*, um país que decolava⁶. Por outro, escancaravam-se ao mundo as corruptelas políticas escondidas ou disfarçadas durante os anos de ditadura, as quais os primeiros tempos de governos civis eleitos pelo povo pareciam ter suplantado. O Brasil da corrupção, do jogo sujo, dos conchavos voltava à cena.

O povo, agora aprendera e se apropriara de indicadores com medidas concretas para avaliar serviços públicos negligenciados ou mal entregues como segurança, saúde, transporte e educação. Bastava realizar a simples comparação da realidade dos equipamentos e serviços públicos, com os padrões mundiais de qualidade exigidos pela FIFA e pelo COI, na construção e entrega de estádios e equipamentos esportivos, bem como os indicadores de infraestrutura urbana e segurança requeridos para o torneio de futebol e os jogos olímpicos.

Segundo Mattos et al. (2016), a insatisfação popular com a diferença de tratamento dispensada às demandas justas e urgentes das camadas populares frente à subserviência aos

⁶ Brasil decola e pode ser a 5ª economia, diz The Economist. Daniela Milanese, Agência Estado. 12 novembro 2009. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-decola-e-pode-ser-a-5-economia-diz-economist,465559>, acesso em 18.set.2018



caprichos e exigências dos patrocinadores e organizadores dos eventos foi de tal ordem, que provocou uma onda de protestos, geradora de uma pauta de reivindicações as mais diversas, a ponto de tomar as redes sociais, formar os mais distintos grupos e chegar às ruas.

Setores de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL) apoiados por uma mídia tendenciosa, apropriaram-se do discurso e dos movimentos das ruas de 2013. Esta conjuntura política extrapolada por um congresso nacional formado por bancadas historicamente ligadas aos interesses do capital especulativo nacional e internacional levaram o país a uma crise política, cujo ápice se deu no golpe parlamentar de 2016. Golpe consolidado no impedimento da presidenta eleita e na retomada do poder executivo por setores simpáticos aos representantes do neoliberalismo internacional e suas iniciativas de desmonte do Estado. Como consequência, ocorreu um desmantelamento ou extinção de políticas públicas de inclusão e reparação social.

O Estado do Rio de Janeiro sofreu neste mesmo período, em paralelo à ocorrência dos megaeventos, o revés de cortes nos investimentos, causados principalmente pela supressão abrupta de boa parte da sua principal fonte de recursos, os *royalties* do Petróleo. Este fato vai impactar na dificuldade financeira do estado, com consequências pesadas nas políticas de segurança pública, educação e saúde.

A falta de investimentos e de uma efetiva política de segurança pública abre espaço para o fortalecimento de grupos de poder paralelo formados dentro da própria força policial, as milícias. De acordo com Cano et al (2012), estes grupos vão ocupar espaços negligenciados pelo poder público, notadamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre os quais, a RA Campo Grande, recorte espacial dessa pesquisa.

Somam-se a estes fatos o incremento populacional do bairro de Campo Grande, impulsionado segundo Cardoso et al (2013) pelo recebimento de grande parte das unidades do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), além da fuga de parcela significativa da classe média de locais como Zona Norte e Zona Sul, seja pelo impacto da crise financeira, ou conforme Silva (2015), seja pela questão da crescente onda de violência urbana, causando esta reestruturação espacial.

Neste contexto, os problemas sociais se avolumam e as formas tradicionais de organização política, dados os acontecimentos fartamente noticiados e alardeados, muitas vezes sem critérios, pela mídia, se mostram incapazes de motivar o povo para a luta por seus direitos básicos. Percebe-se neste cenário de embate político pelo Direito à cidade, o surgimento dos coletivos. Aparentando tratar-se de uma nova forma de mobilização popular, vão atrair principalmente as camadas mais jovens da população. Camadas estas, desencantadas em seus



estratos sociais, com as formas tradicionais de organização social e política: igrejas, partidos, associações de moradores, sindicatos, ONGs e movimentos sociais tradicionais.

Os coletivos apresentam-se para estes estratos sociais como alternativa de mobilização e resistência popular, atuando e lutando em espaços muitas vezes negligenciados pelo poder público. Apresentam-se ainda como resposta à falta de políticas públicas voltadas para os problemas acarretados pela transformação espacial e ocupação territorial desordenada e geradora de conflitos: mobilidade urbana, saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Harvey (2014) enxerga estes grupos organizados e conscientes de seus direitos se apresentando para a disputa política pelos comuns urbanos, já que é nisto que o espaço rural de outrora se transformou, cidade com seus equipamentos e serviços os quais devem ser, por princípio, de posse e uso de todos os cidadãos, ou seja, comum. Palavra, a qual deve ser apropriada para a disputa pelos bens e direitos urbanos pelos coletivos, uma vez que para Dardot e Laval (2016) deve ser entendida como o princípio originador e orientador das lutas e mobilizações no contexto pós-globalizado do século XXI.

Fazia-se mister analisar este cenário, suas implicações políticas e espaciais, bem como, onde e como se dão os embates pelo Direito à cidade, empreendidos pelos coletivos populares. Esta análise é uma oportunidade de refletirmos a percepção empírica destes processos e as escalas e implicações geográficas desta problemática.

Objetivos

Considerando como objetivo mais amplo a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais para o surgimento de um movimento anticapitalista global, evoluímos evoluir nossa análise geográfica no sentido de encontrar respostas para a seguinte problemática de pesquisa:

Em que medida podemos considerar que a organização em rede das diferentes reivindicações dos coletivos urbanos tem potencial para gerar “um movimento revolucionário que mude o caminho evolutivo ditado pela acumulação infinita do capital” (HARVEY, 2016, p. 206) e que, nesse sentido, contribua para a luta pelo Direito à cidade?

E ainda, especificamente em relação a Campo Grande, que coletivos teriam potencial para se inserir nessa rede de reivindicação do Direito à cidade e garantir a reprodução dos comuns urbanos na escala local?

Hipótese:

Em relação ao surgimento de um movimento revolucionário global, a partir de organização em rede dos coletivos urbanos, analisando como têm se dado as recentes lutas pelo que Harvey (2014) denomina comuns urbanos, sob a perspectiva do Direito à cidade (Lefebvre,



2001), encontramos iniciativas coletivas se configurando como redes de indignação (Castells, 2017).

Movimentos, para citar alguns, como:

- OWS - *Occupy Wall street* (EUA, 2011);
- Indígenas e agricultores bolivianos contra a privatização da água (Cochabamba, 2000);
- Movimento *Unidad Social* no Chile (Santiago, 2019).

Movimentos os quais abalaram, ao menos naquelas dinâmicas espaço-temporais, o sistema capitalista, a ponto de forçar medidas econômicas contrárias às cartilhas neoliberais, questionamento de ditaduras ou revisão e melhoria em serviços públicos.

Atualmente, o enfrentamento mundial à onda capitalista neoliberal, com resistências em diversos países às modificações nas aposentadorias, a defesa da educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, as questões dos direitos humanos e das mulheres, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outros, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente.

Uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescolares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), entendemos que, os coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança de Harvey (2016, p. 246) de que a partir das iniciativas coletivas locais “surjam movimentos sociais e políticos que digam “Já basta!!!” E mudem nosso modo de viver e amar, sobreviver e nos reproduzir”. Tendo potência assim, para impactar o ciclo atual do modelo de acumulação capitalista.

Especificamente em relação a RA Campo Grande, nossa pesquisa encontrou ao menos dez iniciativas de mobilizações coletivas, as quais se apresentam para a luta e resistência pelos comuns urbanos, reivindicando o Direito à cidade, na Região Administrativa de Campo Grande, organizados e autodenominados, ou reconhecidos como coletivos urbanos, são elas:

- Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves
- Coletivo Negro Waldir Onofre
- Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste
- Rede Carioca de Agroecologia Urbana (Rede CAU) – Rio da Prata
- IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular
- Coletivo (R)existe Campo Grande
- MIR ZO – Movimento Inter-religioso da Zona Oeste



- Coletivo Cultura ZO
- Coletivo Cultural do Rio da Prata
- Coletivo Tudo numa coisa só

Identificamos entre estes, o coletivo TNCS – Tudo Numa Coisa Só, com potencial para configurar-se como uma rede de Indignação. Haja vista a organização e as estruturas já em andamento no coletivo, como por exemplo a interação e participação em lutas conjuntas com outros movimentos sociais e partidos políticos populares, a nível de município, estado e país.

Apresentam assim uma potencialidade de dimensão multiescalar capaz de canalizar diversas demandas urbanas não atendidas pelo capitalismo e integrar em rede o movimento revolucionário global pensado por Harvey (2016).

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da pesquisa se deu a partir de três eixos estruturantes:

- **Espaços de esperança:** como os coletivos estão transformando e realimentando os movimentos sociais e outras formas tradicionais de organização política, com rejuvenescimento de ações e práticas, inserção de novas pautas e bandeiras, além dos novos modos de se organizar e agir local, estruturando-se em redes capazes de pensar o movimento revolucionário anticapitalista global. Trafegando assim, entre distintas escalas políticas e geográficas, as quais proporcionam a dimensão espacial das diferentes desigualdades provocadas pela dinâmica de acumulação capitalista.

Para embasar essa discussão, nos apoiamos nas ideias do Direito à cidade de Lefebvre (1999, 2001), e a hipótese utópico-dialética de alterações nas dinâmicas espaço temporais de Harvey (2004, 2016).

Contribuíram para a análise geográfica outras ciências sociais, como as reflexões teóricas de sociólogos como Alain Touraine (1985, 2006), Manuel Castells (2017, 2020), os brasileiros Eder Sader (1995), Maria da Glória Gohn (1997), França (2016) e o estadunidense Charles Tilly (2010).

Para contrapor a esperança utópica (Harvey, 2004), com um viés crítico realista sobre a potência dos coletivos em desencadear processos que propiciem o surgimento e consolidação de um movimento revolucionário único e planetário para a derrocada do modelo de acumulação



capitalista, nos valem de ponderações de Harvey (2016), além de Touraine (2006) e Castells (2017). Bem como uma análise historiográfica a partir da leitura de Arrighi e Silver (2001).

- **Comuns urbanos:** Como os equipamentos, a cultura, os serviços e a própria vida cotidiana, entendidos como “direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (LEFEBVRE, 2001, p. 7), são defendidos e apropriados ou disputados politicamente nas mobilizações e ações impetradas pelos coletivos.

A luta política entre o Estado cooptado pelo capital (Lojkine, 1981), os capitalistas e os cidadãos (re)presentados (pelos) nos movimentos sociais, entre os quais, se situam os coletivos urbanos é a dinâmica da política urbana apresentada, de forma sistêmica por Easton (1968) e Castells (1983).

O espaço onde se efetua o embate entre os coletivos e o poder público pelo pleno direito à cidade, em todas as suas categorias, direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, enfim, conforme proposto por Lefebvre (2001, p.139) é um espaço cindido pela disputa dialética e conflituosa pelos comuns urbanos, identificada por Harvey (2014). Cabe neste íterim o entendimento do termo Comum, como a revolução inspiradora das lutas do século XXI (Dardot, Laval, 2016).

Para entender a adesão das pessoas a estas lutas, visitamos o conceito de presentatividade (Baldez, 2011), identidade e pertencimento (Burity, 2001).

Tendo como referência a Geografia urbana crítica, encontramos autores cujas postulações entendem o espaço urbano como resultado da apropriação do espaço pelo sistema capitalista discutimos suas proposições. Entre os quais, Ferreira (2007), Santos (2006) e sua análise das composições geográficas em redes territoriais ou virtuais, que nos ajudaram a entender os coletivos como possíveis redes de indignação (Castells, 2017).

- **Território de resistências:** Como a metropolização do Rio de Janeiro, parte do projeto neoliberal para a América Latina e os projetos de desenvolvimento brasileiros configuraram espacialmente Campo Grande e como esta configuração propiciou o surgimento de manifestações políticas de resistência, como os movimentos sociais e coletivos populares. Bem como, grupos de interesses outros, por vezes, escusos (Cano, 2012), disputando os comuns urbanos (Harvey, 2014).

Revimos a formulação teórica de Abreu (1988) sobre o desenvolvimento urbano da Metrópole. Sobre a dinâmica rural-urbano, citaremos Oliveira (2017) e o crescimento desordenado, ampliado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme pesquisas de Cardoso (2013)



Confirmamos a hipótese da RA Campo Grande, ter se configurado historicamente como um território de resistências, a partir da leitura de autores que estudam o território enquanto lócus dos embates sociais e da interação entre poderes estabelecidos oficiais ou paralelos (Cano, 2012), pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001).

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa empregada para esta produção científica, adotou três aspectos norteadores para alcance do objeto pesquisado.

O primeiro aspecto, caminha na tentativa de responder à provocação “como investigar a realidade para transformá-la” proposta por Bartholl (2015, p.95). Comprometendo-nos com a pesquisa e assumindo o papel de geógrafos militantes, por entender a geografia em movimento, como uma práxis transformadora capaz de transformar as estruturas sociais em espaços de esperança, em sintonia com Bartholl (2015), para quem

No campo da reflexão de lutas sociais em época moderna, podemos dizer que desde o século XIX, uma tarefa assumida por pensadores críticos tem sido de acompanhar e refletir experiências concretas de práticas de luta e sem as práticas de luta pensadores revolucionários não teriam sido capazes de formular teoria (BARTHOLL, 2015, p.95)

Neste sentido, na geografia em movimento, o geógrafo se torna agente e ao mesmo tempo partícipe do objeto pesquisado, tencionando com a base teórica e as experiências concretas da pesquisa em andamento. Ao mesmo tempo em que evolui no objetivo proposto, gera um legado social com ação transformadora, como autêntico geógrafo militante.

O segundo aspecto, configura-se efetivamente como método e está alinhado e em sintonia ao primeiro. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica da epistemologia geográfica, além de, apoiando-se em outras ciências sociais e humanas, como Sociologia, Filosofia, Economia, Política, História, entre outras, visando estabelecer:

- Uma ontologia para as mobilizações sociais de forma a entender definições como: movimentos sociais, mobilizações coletivas, coletivos populares;
- Historiografia, buscando contextualizar o surgimento das tensões geradoras dos movimentos coletivos a partir das contradições do capitalismo ao longo do recorte temporal pesquisado, as últimas décadas do século XX (1960 em diante) e como estas tensões e as respostas organizadas pelos coletivos transformaram o recorte espacial pesquisado;
- Identificar como os coletivos se mobilizam, se de fato se configuram como espaços de esperança e se estruturam redes de indignação contra as situações-problemas



enfrentadas, sendo portadores para as coletividades de esperança por melhores, mais justas e democráticas organizações políticas e sociais.

Por fim, tendo como arcabouço metodológico, as 3 formas de realizar pesquisas geográficas propostas por Turra Neto (2001, 2011): Observação participante, História oral e entrevistas e Grupos de debate como ponto central da abordagem metodológica, coerente à geografia militante proposta. Efetuamos pesquisa de campo para levantamento dos coletivos populares em atuação na RA Campo Grande, Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que participamos de atividades e mobilizações dos coletivos.

Do Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA), além de participarmos de alguns dos encontros 2^{as} políticas e reuniões da Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste (FARD-ZO), entrevistamos Tobias Farias Tomines. Morador de Campo Grande, uma das principais lideranças influenciadoras das articulações em rede dos coletivos e movimentos sociais da região. Tobias é Membro do Fórum das Pastorais Sociais, Coordenador do Movimento de Fé e Política da Igreja Católica. Lidera iniciativas como os encontros 2^{as} Políticas, o Curso de formação política Marielle Franco e a FARD-ZO.

Representando o Coletivo Negro Waldir Onofre, entrevistamos Ingrid Nascimento Amaral, moradora de Campo Grande. Educadora popular, Historiadora. Pós-graduanda em Ciências Sociais e Educação Básica pelo Colégio Pedro II. Militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Ex-Dirigente da União Nacional de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO) e ex-Diretora do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Fundação de Ensino Unificado Campograndense (FEUC).

A pesquisa culminou com o estudo mais aprofundado de um dos coletivos mais ativos da RA Campo Grande, o coletivo Tudo Numa Coisa Só (TNCS). Através da participação em reuniões, eventos, mobilizações e entrevistas, levantamos a história do coletivo, formação, modos de atuação, território de abrangência, além de entrevistarmos membros de alguns dos coletivos, sobre motivação, pontos de vista, papel no coletivo, perspectivas e engajamento em outros movimentos e lutas.

Do TNCS, entrevistamos o líder e um dos fundadores do coletivo, o jovem William Carlos Brum Bispo, o William Siri, Gustavo Filgueiras, morador de Campo Grande. O responsável pela assessoria de imprensa, comunicação e mídias sociais do coletivo, o jornalista morador de Campo Grande, Cleiton Bezerra. Além do casal de ativistas moradores de Campo Grande, João Henrique e Lindalva Cabral.

Vide na figura abaixo, o mapa mental da pesquisa empreendida, e no quadro 2, o desenho esquemático da dissertação.

Figura 2: Mapa mental da pesquisa empreendida



Quadro 2: Desenho esquemático da Dissertação

PARTE	Qual a questão central?	Hipótese/ideia central desenvolvida no capítulo	Conceitos estruturantes	Autores citados mais importantes
Introdução	Em que medida podemos considerar a organização em rede das diferentes pautas dos coletivos urbanos com potencial para gerar “um movimento revolucionário que mude o caminho evolutivo ditado pela acumulação infinita do capital” (HARVEY, 2016, p. 206) e que, nesse sentido, contribua para a luta pelo Direito à cidade?	Uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entendemos que, os coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança utópica de Harvey (2016, p. 246)	Direito à cidade; Comuns urbanos; Movimentos Sociais; Movimento revolucionário global; Utopia espaço-temporal anticapitalista	Henry Lefebvre (1999, 2001); David Harvey (2004, 2016);
Cap.1	Os coletivos como espaços de esperança	Considerando que nosso objetivo principal envolve a compreensão do papel dos coletivos populares, notadamente na RA Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, como espaços de luta pelo Direito à cidade na contemporaneidade, vamos, primeiramente, discutir nesse capítulo o que são os coletivos populares buscando compreendê-los como espaços de esperança em meio a unificação global da sociedade neoliberal.	Questão das Escalas; Utopia dialética das mudanças nas dinâmicas espaços temporais Ontologia dos Movimentos Sociais; Críticas aos coletivos e movimentos identitários; Análise historiográfica dos impactos de ações coletivas na dinâmica capitalista	Lefebvre (2001); Harvey (2004, 2016); Manuel Castells (2017) Dardot e Laval (2016); Arrighi e Silver (2001); Tilly; Touraine
Cap.2	A atuação dos coletivos na política urbana pelo Direito à Cidade	Analisar a cidade como espaço onde se dá o embate entre os coletivos e o poder público pelo pleno Direito à cidade, em todas as suas categorias, conforme proposto por Lefebvre (2001). Uma cidade cindida em espaços, onde se dá a disputa conflituosa (Harvey, 2014) pelos comuns urbanos.	O comum, a luta pelos comuns urbanos a partir do Direito à cidade; A Política Urbana como construção do Direito à cidade; Coletivos e movimentos sociais: mobilizações para transformação do espaço; Redes de indignação: A influência das TICs nos ganhos de escala das mobilizações pelo Direito à cidade; Mobilizações coletivas históricas	Lefebvre (1999, 2001, 2008); Harvey (2004, 2016); Castells (1983) Dardot e Laval (2016); Burity (2001); Baldez (2011); Santos (2006); Ferreira (2007); Ana Fani Carlos (2014)
Cap.3	Como se territorializa a luta política dos Coletivos de Campo grande pelo Direito à Cidade. Como se mobilizam, como disputam o espaço com as demais forças atuantes e como se articulam com outros movimentos, tendo em vista a utopia do surgimento do Movimento Anticapitalista Global	Os coletivos populares atuam no espaço pesquisado, disputando os bens comuns na luta pelo direito à cidade, sob duas perspectivas: i – uma, da inserção e participação na política institucional e a partir daí ganhar escala de luta que vai do local até o global, através da militância independente, porém próxima e relacionada a movimentos, partidos e organizações institucionalizadas. ii – outra, da aglutinação de forças populares, muitas vezes avessas ou descrentes da política institucional e mobilizadas por ativistas e grupos engajados na conscientização popular e na articulação de movimentos e políticas, próximas aos partidos e organizações, mas sem relação declarada de militância.	Evolução urbana do Rio de Janeiro e a reconfiguração espacial de Campo Grande; Desenvolvimentos regionais desiguais, a segregação urbana e o Direito à cidade na RA Campo Grande; Mobilizações coletivas em ação na Região de Campo Grande; O Coletivo Tudo numa Coisa S6	Harvey (2016); Lefebvre (2001); Santos (2002,2006) Cardoso (2013); Abreu (1988); Oliveira (2017); Maricato (2000); Smith (1988)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem empírica junto aos Coletivos atuantes na Região Administrativa de Campo Grande, Rio de Janeiro, através de uma metodologia de Geografia militante em movimento, tendo por base teórica a geográfica urbana crítica, confirma a hipótese de que, uma vez que estes grupos:

1. Adquiram a consciência de classe do modelo de acumulação capitalista como raiz da espoliação do espaço urbano pelas elites e pela negligência do Estado;
2. Empoderem suas iniciativas identitárias e locais, evoluindo para estruturas interseccionais e interescolares, de escalas regionais para pautas globais;
3. Se mobilizem buscando aproximação a outros coletivos e movimentos sociais, gerando uma rede de indignação global.

Coletivos, entre os quais se destaca o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, são forças transformadoras do espaço em que atuam e uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança utópica de que surja um movimento revolucionário anticapitalista global, tendo o direito à cidade como parâmetro e o Comum como princípio.

A partir da observação das formas de atuação das forças transformadoras de Campo Grande foi possível distinguirmos ao menos duas formas distintas de ações coletivas que se manifestam como força política e importantes agentes do direito à cidade:

I. Redes de Mobilizações coletivas

Ações espontâneas, surgidas da necessidade de resposta ou de marcação de posição, defesa de direitos retirados ou contra-ataque a ações violentas, desafiadoras ou repressoras do Estado ou das forças hegemônicas sobre um dado grupo social, o qual se rebela e age.

Essa ação, muitas vezes, é por impulso do grupo ou de uma liderança capaz de organizar a mobilização, a qual após conseguir o sucesso de seu intento é desfeita. Seja porque perdeu a força política ou porque a reivindicação foi atendida. São exemplos destas mobilizações, entre outras:

- Moradores de uma comunidade montando barricadas com queima de pneus e fechando ruas como resposta a ataques da polícia, da milícia ou do tráfico;
- Mobilizações de estudantes e trabalhadores, como nas ruas brasileiras de maio de 2019, contra atos fascistas do governo Bolsonaro, de ameaça à educação, ciência e direitos trabalhistas;



- Ações como as aulas ao ar livre e em praças promovidas pelos professores brasileiros em resposta ao corte de verbas para a educação em junho de 2019;
- A organização da sociedade carioca doando cestas básicas para os funcionários públicos sem salário durante a crise fiscal do Rio de Janeiro em 2017;
- A solidariedade típica da periferia nos momentos de catástrofes naturais como enchentes, deslizamentos ou como em 2020 durante o auge pandemia, através de doações de cestas básicas para carentes, desempregados e sem-teto;
- As caminhadas e iniciativas de respeito e diálogo inter-religioso;
- Os “abraços”, caminhadas e limpezas voluntárias de espaços naturais e ecológicos como lagoas, parques, praias, bosques, florestas, entre outras. Como a mobilização pelo Parque Realengo 100% verde e o Movimento SOS Camboatá.

Em comum, estas ações coletivas possuem a característica preponderante da efemeridade. Nem sempre são amparadas por visões e posicionamentos políticos consistentes. Bem como, independente da justificativa ou dos méritos das causas maiores, geradoras dos conflitos motivadores da mobilização, terem sido ou não atendidas. Essas mobilizações se encerram de forma tão voluntária como se iniciaram. Muitas delas sequer sendo revisitadas ou lembradas para revisão e análise de resultados e proposta de novas ações.

Porém, quando organizadas com criatividade e usando as redes de conectividade e relação das pessoas através das redes sociais, podem ser o início de ações que afetam as elites e o Estado. E, nesse caso, crescem a ponto de se tornarem Redes de Mobilização.

É o caso da mobilização “Rede Meu Rio”, por direito à cidade na Metrópole do Rio de Janeiro. Hoje o Coletivo de Redes de Mobilização “Nossas” congrega diversas redes “Minhas” das principais metrópoles brasileiras. Suas ações influenciam e geram “Nossas Vitórias” através de petições eletrônicas, mobilizações virtuais ou reais, vaquinhas eletrônicas e outras ferramentas, com a implantação, execução e fiscalização de políticas públicas, nos três poderes de estados, União e municípios.

II. Coletivos urbanos (ou simplesmente ... coletivos)

Grupos organizados em torno de pautas comuns. Muitas vezes identitárias: gênero, raça, cultura. Outras de cunho social, econômico, saúde, educação, mobilidade urbana ou por comuns urbanos, configurando a luta política pelo Direito à cidade. Independente da



escala geográfica de luta, seja cidade, região administrativa, bairro, ou espaços virtuais com o uso das TICs, sua característica é uma atuação localizada, específica a um tempo e espaço próprios.

O principal aspecto positivo identificado é a capacidade de organização e agilidade destes grupos em se movimentarem e apresentar propostas de ação e efetivamente agirem pelas pautas que defendem. Exemplo desta organização é o fato de os coletivos estarem se configurando como fontes de agentes e ativistas para os movimentos sociais tradicionais e partidos políticos, ONGs, governos e suas atividades de composição e reconfiguração da sociedade e dos territórios onde atuam.

Como exemplo, citem-se os coletivos de Campo Grande, entre os quais se destacam o coletivo Tudo Numa Coisa Só, pela forma inovadora de se organizar. E, o que a mais tempo configurando Campo Grande como território de resistências, o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves.

De nascidos a netos de moradores de Campo Grande, portadores em seus rostos e vidas, as rugosidades de histórias, lembranças e heranças do espaço rural tornado urbano na dinâmica capitalista da transformação espacial. Porém, portadores da esperança de construção de um novo modelo, os coletivos de Campo Grande demonstram consciência do que são, o que podem ser e por isso mesmo são portadores da esperança utópica, objetivo desta pesquisa, como em nome deles, responde o resistente militante Tobias.

“O capital é de uma malvadeza imensa. Para enfrentar o capital é preciso resiliência, resistência e reação. Como resiliência eu entendo a necessidade de a cada dia, nos refazermos da luta e nos esvaziarmos com arte, com poesia, com amor, com cachaça. No campo da resistência, entendo nossas mobilizações em Campo Grande com potencial, mas precisando se organizar mais. A pandemia nos deu esperança disso, pois mesmo com toda a necessidade de distanciamento, estamos mantendo através de “lives” nossas reuniões, como o Curso de Formação Política Marielle Franco, organizado pelo Coletivo de educação Popular Margarida Maria Alves. Mas é pouco. Precisamos reunir a Frente Antifascista de Resistência Democrática – da Zona Oeste (FARD-ZO)⁷. A reação são os atos as respostas que vamos dar ao Sistema. No campo mais próximo, o que fazer num momento de tanta fraqueza e perda de mobilidade pelos trabalhadores. Organizar atos, manifestações, o capital parece que aprendeu a lidar com isso. Por isso, a esperança de que, iniciativas de jovens como o TNCS tragam frescor às nossas lutas. Mas, para ameaçar o capitalismo precisaremos ter opções para um novo modelo. E nesse ponto, o socialismo real também fracassou. Então o que fazer? Precisaremos construir (Tobias Tomines, CEPMMMA, 2020).

⁷ A FARD-ZO é uma iniciativa de militantes, ativistas, coletivos e iniciativas populares organizada logo após as eleições de 2018. Seus idealizadores entendem que as eleições mostraram mais que a vitória de um grupo político, uma tendência perigosa a temas reacionários, fascistas e de ameaça à liberdade e à vida na população, da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Região da cidade onde ocorreu a maior votação de Jair Bolsonaro no Estado do Rio de Janeiro.



REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro, IPLAN-Rio/Zahar. 1987.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro, UFRJ/Contraponto. 2001.
- BALDEZ, Miguel. **A Luta Pela Terra: Conselho Popular**. Disponível em: <<http://alutapelaterra.blogspot.com/2011/04/conselho-popular-miguel-baldez.html>>. Acesso em 13.out.2019.
- BARTHOLL, Thimo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. Niterói, 2015. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.
- BRASIL**. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 379, de 09 de novembro de 2017. Insere parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo. Portal da Câmara dos Deputados. República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162>>, acesso em 06.nov.2020.
- BURITY, Joanildo. Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v.17, n.2, jul./dez. 2001.
- CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll. 2012.
- CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2013.
- CARLOS, Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 18 n. 2 p. 472-486. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>>. Acesso em 16.mai.2020.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlete Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.
- CASTELLS, Manuel. Fin de un Mundo. Opinión. **La Vanguardia**, 04.abr.2020. Tradução do autor. Disponível em: <<https://www.lavanguardia.com/opinion/20200404/48287445172/fin-de-un-mundo.html>>, acesso em 03.nov.2020
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro, Zahar. 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo. 2017. <Edição Kindle>
- FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/9porto/aferrei.htm> Acesso em 28.set.2019
- FRANÇA, Gustavo H S. Relação Partidos Políticos - Movimentos Sociais e tensões (ainda) existentes: agendando uma pesquisa. **Revista Três Pontos 12.2, n.2, 2015. Dossiê Estado, Governo e Políticas Públicas**. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3345/2125>>. Acesso em 22.jan.2020.
- FULGENCIO, Edivan de O. **Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global**. Rio de Janeiro, 2020. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2020.



- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011. São Paulo, USP. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/url/view.php?id=2346772>>. Acesso em 15.mai.2020.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola. 1997.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo. 2016.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume. 2005.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola. 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo, Centauro, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 121-192.
- MATTOS, Hebe et al. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. 1a. ed. São Paulo, Alameda, 2016.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Illuminuras**. Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago./dez, 2017.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1995.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.
- SILVA, Oséias Teixeira da. A região metropolitana do Rio de Janeiro na atualidade: recuperação econômica e reestruturação espacial. **CONFINS – Revista franco brasileira de geografia**. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10421>>. Acesso em: 02.fev.2020.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988
- TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.
- TOURAINÉ, Alain (1985). An introduction to the study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40970397>>. Acesso em 31.mar.2020.
- TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan. /abr. 2006
- TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. In. **Espaço geográfico em análise - RA E GA**. Departamento de Geografia – UFPR Curitiba, PR. 23 (2011), p. 340-375.